

Caio Boschi

Um historiador nos dois lados do Atlântico

Caio Boschi revela episódios de sua aventura de pesquisador em arquivos brasileiros e portugueses, dos quais extraiu rica documentação referente ao período colonial que lhe permitiu acrescentar análises inovadoras à historiografia do período.

> Um dos historiadores mais renomados do Brasil, Caio Boschi apresenta nesta entrevista parte de sua vasta experiência em universidades e arquivos públicos do Brasil e de Portugal. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, este historiador mineiro compartilhou – por meio de diversos trabalhos – sua reconhecida erudição e conhecimentos de pesquisa. Inúmeras teses, dissertações, artigos e livros são tributários das informações e orientações contidas em publicações tais como *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*,¹

Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891,² *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*,³ e *O Brasil-Colônia nos Arquivos Históricos de Portugal*.⁴ Cabe ainda mencionar os monumentais catálogos de fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, que coordenou e produziu, não somente para o caso de Minas Gerais, como também para o Maranhão, Pará e Rio Negro.

Além de pesquisas sobre irmandades leigas, que serviram de base para seu doutorado e deram origem ao livro *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*,⁵ Boschi resgatou conjuntos documentais fundamentais para a história eclesial colonial, como é o caso da publicação do *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*.⁶ Atualmente, coordena a elaboração de uma história da Arquidiocese de Belo Horizonte.

“No início de 1972, cheguei a Lisboa para uma experiência profissional que consolidaria em definitivo minha atração por essa atividade”

Embora navegando na pesquisa de ponta, este investigador não se furta em escrever para os historiadores iniciantes ou para todos aqueles interessados em conhecer aspectos fundamentais do passado e da epistemologia dos estudos históricos, como nos casos dos livros: *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*⁷ e *Por que estudar História?*⁸

A entrevista que a **RAPM** hoje publica adquire um significado especial, tendo em vista a comemoração dos 120 anos do Arquivo

Público Mineiro. Além de frequentador habitual da sala de consulta desta instituição, Caio Boschi presidiu a Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM), contribuindo em muito para a divulgação dos acervos do APM, como no caso da publicação do livro *Coleção Sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens...*⁹ – documento muito útil aos estudiosos do período colonial. Enfim, nosso entrevistado em muito promoveu a divulgação de acervos e de pesquisas da história de Minas Gerais, num protagonismo de tal maneira destacado que fez dele uma página dessa história.

RAPM – Como historiador, pesquisador e conhecedor dos arquivos luso-brasileiros, sua experiência é múltipla. Fale sobre sua trajetória intelectual. O que o levou a interessar-se por História e arquivos?

Caio Boschi – Graduei-me em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na altura, isto é, na década de 1960, não havia na grade curricular do curso disciplinas voltadas para a metodologia da investigação e para a pesquisa histórica propriamente dita. De toda forma, logo no primeiro ano, ainda que esporadicamente, passei a frequentar o Arquivo Público Mineiro e a tentar ler documentos do século XVIII. Fiquei seduzido. Tenho comigo cadernos de anotações desses primeiros “exercícios” de paleografia. Procurei avançar nesses estudos. Em 1968, participei de um curso de leitura documental ministrado pelo professor Orlandino Seitas Fernandes, então diretor do Museu da Inconfidência, de Ouro Preto. Em seguida, tornei-me membro da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (Apha), que tinha sede no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, onde estagiei, durante o mês de julho de 1969. Tais interesses levaram-me, já como professor universitário, a candidatar-me a bolsa de estudos para desenvolver pesquisas nos acervos arquivísticos de Portugal. Assim, no início de 1972, às expensas do governo português, cheguei a Lisboa para uma experiência profissional que consolidaria em definitivo minha atração por essa atividade. Convivi com dificuldades de localização de núcleos documentais respeitantes ao objeto de minha pesquisa. Recorri a especialistas e a conhecedores dos arquivos e

“Realço o trabalho de alguns de meus colegas portugueses no sentido de acolherem pós-graduandos e pós-doutores brasileiros”

bibliotecas daquele país. Percebi, então, a inexistência de guias sobre o “recheio” dessas instituições. Tive, assim, a ventura de elaborar um roteiro sumário que, para minha alegria, a partir de então, periodicamente atualizado, tem favorecido a consulta dos conjuntos documentais concernentes ao Brasil ali custodiados.

RAPM – Como foi e tem sido sua experiência de magistério em Portugal? Quais os interesses dos alunos e pesquisadores portugueses em relação à História do Brasil ou, mais particularmente, de Minas Gerais?

Caio Boschi – Vamos por partes. Em primeiro lugar, devo dizer que minha atuação no magistério em Portugal adveio do seguinte. Em 1990, o professor doutor Joaquim Veríssimo Serrão, da Universidade de Lisboa, contactou-me propondo que, daí por diante, nos meses de férias escolares no Brasil, eu me deslocasse para Portugal como docente visitante no Curso de Mestrado em História e Cultura do Brasil que ele estava organizando e viria a coordenar. Aceito o convite, vinculei-me ao curso até 1998, quando me transferi para a Universidade do Porto, ali permanecendo até 2009. Nesse ínterim, minhas funções passaram a ter a chancela do governo brasileiro, que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, criou, em 1994, um Leitorado em História e Cultura do Brasil junto às universidades portuguesas. Inicialmente, por designação do

embaixador José Aparecido de Oliveira e, posteriormente, por aprovação em concursos realizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tornei-me ocupante do cargo, desativado em 2009. A meu ver, foi um momento muito efervescente e estimulante para os estudos de História do Brasil, em Portugal. Seja pela produção de teses e dissertações, seja pelas oportunidades que se abriram – e felizmente permanecem – de forte intercâmbio entre docentes e entre estudantes universitários dos dois países. Nos últimos 15 anos, no entanto, a realidade se alterou. Há várias

razões que explicam o retrocesso havido em Portugal relativamente ao interesse por se estudar a História do Brasil. Creio que as mais contundentes decorrem da vigência da Declaração/ Processo de Bolonha (1999). Concretamente, a redução do tempo de duração dos cursos superiores, e, por consequência, a diminuição do número de disciplinas e a redução de carga horária das que restaram. Tais mudanças atingiram frontalmente o ensino da História brasileira. O que antes era obrigatório passou a ser facultativo; a lecionação que era anual passou a semestral. Hoje, a disciplina não integra as grades curriculares de nenhuma universidade portuguesa. Em segundo lugar, diria que os resultados alcançados não foram, quantitativamente, tão expressivos quanto gostaria. Produziram-se boas dissertações, mas, a meu juízo, quando se trata de estudar a História dos países colonizados por portugueses, a preferência dos

“A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a história social das Minas Gerais”

estudiosos lusitanos foi e continua sendo voltada para os seus antigos territórios ultramarinos asiáticos. Verifique-se, por exemplo, a produção historiográfica do Curso de História da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de História d’Além-Mar (Cham), que nela tem sede. Ademais, realço o trabalho de alguns de meus colegas portugueses no sentido de acolherem pós-graduandos e pós-doutores brasileiros, oferecendo-lhes inestimável colaboração e inequívoco diálogo profissional. Ressalvo,

porém, que, em termos da obra historiográfica deles relativamente à História do Brasil, o resultado deixa a desejar. Louvavelmente cosmopolitas, majoritariamente europeístas, em especial no que tange à Espanha, pouco têm escrito sobre a nossa história. É justo, porém, assinalar iniciativas recentes de pesquisadores portugueses que se voltaram, embora pontualmente, para o estudo da História brasileira, mais particularmente, para o da História mineira no período colonial, como é o caso de Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa, resultando em artigos e no livro *O ouro do Brasil*.¹⁰

RAPM – Seu trabalho como pesquisador da história das irmandades leigas no Brasil foi pioneiro. Qual a importância do tema e como se desenvolveu a pesquisa?

Caio Boschi – Permita-me uma correção importante. Com efeito, não sou pioneiro no estudo das irmandades leigas no Brasil. Mesmo circunscrevendo a temática às Minas Gerais, cabe lembrar autores de nomeada que, antes, a ela dedicaram pesquisas essenciais, como Julita Scarano e, principalmente, Fritz Teixeira de Salles. O que, talvez, possa ter sido diferente, quanto a mim, foi a proposta de estudar as mencionadas associações entendendo-as, ainda que parcialmente, como *aparelhos ideológicos*

do Estado, em perspectiva analítica lastreada por teóricos, como Althusser [Louis], Poulantzas [Nicos] e Gramsci [Antonio], que estavam em voga quando desenvolvi minhas pesquisas a respeito. Devo referir, aliás, que a vontade inicial, caracterizada por inequívoca ingenuidade, era elaborar estudo comparativo entre os textos compromissais das irmandades leigas portuguesas e de suas congêneres mineiras. Passados cerca de 40 anos, constato que o tema mantém sua relevância. Ou melhor. Por aquilo que, desde então, consigo ler ou que me é informado, julgo-o com alguma utilidade, ainda que carente de verticalizações. Por isso, ousaria reiterar a frase inicial da introdução ao livro *Os leigos e o poder*: “a história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais do Setecentos”.

“As novas tecnologias têm proporcionado mudanças estruturais, seja nas ações de identificação das fontes, seja no tratamento técnico delas”

RAPM – Que arquivos foram pesquisados para a realização dessa pesquisa?

Caio Boschi – *Grosso modo*, em Portugal, principalmente o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; o acervo documental e bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa; os “Reservados” da Biblioteca Nacional e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. No Brasil, fundamentalmente, o arquivos eclesíásticos da Arquidiocese de Mariana (em especial) e os das paróquias de Nossa Senhora do Pilar, de Ouro Preto, de Santo Antônio, em Tiradentes;

a Seção Colonial do APM, o Arquivo Nacional e a documentação da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Rio de Janeiro.

RAPM – Tendo em vista sua experiência nos arquivos portugueses e brasileiros, quais foram as transformações mais recentes observadas nessas instituições?

Caio Boschi – Quero partir de uma confissão: não tenho conhecimentos, mesmo que rudimentares, de Arquivística e da Ciência da Informação. Não só por isso, mas por outras limitações, não consigo fazer avaliação que seja minimamente adequada. Assim, a resposta que posso oferecer é na condição de mero frequentador e “usuário” de alguns arquivos. Minha visão é essencialmente

impressionista. Assim, de forma sucinta e genérica, diria mais uma obviedade: a utilização das novas tecnologias nos arquivos tem proporcionado mudanças estruturais, seja nas ações de identificação das fontes, seja no tratamento técnico delas, seja na reunião de conjuntos documentais orgânicos que se encontram dispersos, seja na feitura e difusão de instrumentos de busca seja, por conseguinte e, principalmente, na disponibilização e na possibilidade de reprodução dos documentos. Esse panorama tanto demonstra nova dinâmica no interior dos arquivos como, é claro, favorece o trabalho dos historiadores. Cabe, no entanto, destacar a necessidade de tais diligências serem disseminadas país a fora. Nesse sentido, salvo honrosas exceções, há quase tudo por se fazer no âmbito dos arquivos municipais.

RAPM – Em sua perspectiva, quais foram os momentos mais marcantes da história do APM e qual a importância do acervo nele custodiado?

Caio Boschi – Lamentavelmente, a despeito de minha prolongada relação amorosa com a instituição, não me sinto em condições de analisar a trajetória e estabelecer recortes mais significativos. Para não ser totalmente evasivo, lembraria dois ou três momentos que acompanhei com algum conhecimento. O primeiro deles, a construção, nos anos 1970, de um novo prédio, o carinhosamente chamado “Anexo”.

“Os que conheceram as primitivas e acanhadas instalações [do APM] bem podem aquilatar o significado do advento de outro edifício”

busca do acervo da instituição – tais como os muitos e substanciosos inventários, catálogos e listagens de coleções, fundos e séries. Outro momento, mais recente, é o do tratamento técnico da documentação respeitante ao período republicano, com o desenrolar do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*. A concepção e, sobretudo, a implementação do Sistema de Acesso Integrado, o SIAAPM. A produção de textos sobre gestão de documentos. A elaboração de instrumentos de busca nos acervos documentais de várias câmaras municipais... e assim por diante. Ou seja, sinto dificuldades em precisar tais momentos marcantes. O que acabo de referir, em bom rigor, são, principalmente, atividades levadas a efeito pelo APM, que o fazem distinguir-se entre as instituições similares.

Os que conheceram as primitivas e acanhadas instalações e as condições tanto de identificação dos documentos desejados, como de trabalho de consulta da/na “casa velha” bem podem aquilatar o significado do advento de outro edifício. A destacar, também, e nesse momento, a revitalização, a partir de 2005, da **Revista do Arquivo Público Mineiro**, adotando nova linha editorial, com ênfase na publicação de artigos e ensaios de ponta sobre História e Arquivística que privilegiem a pesquisa e os instrumentos de

RAPM – Explique quais são os objetivos da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – (Coluso) e como funciona.

Caio Boschi – A Coluso é uma iniciativa formal dos governos dos dois países – Brasil e Portugal – e foi estabelecida em reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Cooperação Arquivística, realizada na sede do então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em Lisboa, no dia 10 de outubro de 1995. Em novo encontro, desta feita no Rio de Janeiro, a 5 de fevereiro do ano seguinte, a Comissão adotou a denominação pela qual ainda hoje é conhecida. Ela se compõe de duas seções, uma de cada país, sob a presidência dos diretores dos respectivos arquivos nacionais, sendo integrada por dirigentes dos principais arquivos públicos dos dois países. Essas seções se reúnem anualmente para fazer um balanço das atividades realizadas e elaborar programas de trabalho para o exercício seguinte. Nessa medida, posso afirmar que o *Projeto Resgate*, desde aquela época, tornou-se o instrumento operacional por excelência da seção brasileira da Coluso, ao passo que o *Projeto Reencontro* tem a mesma pertinência para sua homóloga portuguesa.

RAPM – Como surgiu a ideia do Projeto Resgate? O que foi produzido até agora e quais são suas próximas etapas?

“Posso afirmar que o Projeto Resgate tornou-se o instrumento operacional por excelência da seção brasileira da Coluso”

Caio Boschi – Como se sabe, o *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* é um amplo empreendimento com vistas a proporcionar aos pesquisadores acesso fácil e rápido à documentação respeitante à História do Brasil depositada em arquivos e bibliotecas de outros países. Suas origens datam da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Porém, como se pode supor, não obstante os esforços desenvolvidos na altura, a sua efetivação se deve à união de forças individuais e institucionais e aos avanços tecnológicos de nossos dias.

A proposta ganhou novo ânimo nos anos 80 do século passado, sob os auspícios da Fundação Nacional Pró-Memória e da Fundação Alexandre de Gusmão. Em 1989, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponibilizou recursos financeiros para que eu pudesse materializar antigo desafio pessoal: o de coordenar a organização da documentação não encadernada relativa a Minas Gerais depositada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa. Esse trabalho, finalizado três anos depois, pode ser considerado embrião do *Projeto Resgate*, que surge em 1995, no contexto das comemorações do quinto centenário da chegada dos portugueses ao continente americano. Daquele ano até 2000, verdadeira força-tarefa de individualidades e de instituições de variados gêneros, maciçamente do Brasil, foi mobilizada para identificar, fazer a leitura paleográfica de cada dossiê e sumariá-los

– condição precípua para a microfilmagem e posterior digitalização dos documentos respeitantes ao passado colonial brasileiro depositados no Ultramarino. Infelizmente, após as referidas celebrações o ritmo arrefeceu. Mesmo naquele arquivo, há fundos a serem tratados tecnicamente, que também são de interesse para a História do Brasil, como o chamado *Reino* – conjunto composto por cerca de 500 caixas de documentos. Sem falar da documentação relativa às demais possessões ultramarinas do Portugal Moderno. Sem elas, o entendimento da nossa história, para dizer o mínimo, fica francamente incompleto.

Seja como for, posso afirmar que, em Portugal, o *Resgate* restringiu suas operações ao AHU. Por outro lado, outras instituições, de outros países europeus e dos Estados Unidos, mereceram igual atenção, gerando catálogos e inventários que vêm sendo publicados. O intuito era o de que, por ocasião de outras efemérides significativas para a História do Brasil – por exemplo, o bicentenário, em 2008, da chegada da Corte ao Rio de Janeiro e a elevação do Brasil ao estatuto de Reino Unido, no corrente ano – se obtivessem recursos financeiros para expandir tais ações. O que não tem acontecido. Sinceramente, não sei quais serão as próximas etapas do *Resgate*. Quero salientar, porém, a prioridade e o efetivo desenrolar, neste ano, de ações próprias do projeto junto a arquivos e bibliotecas de Portugal, a propósito dos 450 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro

“O catálogo contém cerca de 5.000 ‘entradas’ de documentação proveniente do Erário Régio, da Junta da Real Fazenda e da Real Extração de Diamantes”

seja, o Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, de Portugal. No geral, o catálogo contém cerca de 5.000 “entradas” de documentação proveniente do Erário Régio, da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais e da administração da Real Extração de Diamantes. Trata-se de fontes majoritariamente inéditas, cuja reprodução integral também será amplamente disponibilizada por instrumento digital. Em simultâneo, busco participar de gestões com vistas à finalização, no Arquivo Nacional do Brasil, dos trabalhos de tratamento técnico e da divulgação dos documentos avulsos da erroneamente denominada Coleção Casa dos Contos que, como se sabe, está dispersa: a parte mais expressiva naquele órgão e outras duas no APM e na Biblioteca Nacional. A segunda vertente traduz-se em pesquisas sobre os secretários de governo das capitanias na América portuguesa e na

RAPM – Quais são seus atuais temas e áreas de interesse de pesquisa?

Caio Boschi – Tenho procurado trabalhar em duas vertentes, que são complementares. A primeira, visando democratizar e socializar as oportunidades de acesso a conjuntos documentais de Portugal referentes à História do Brasil. Nessa dimensão, está concluído, em vias de publicação, catálogo circunstanciado do acervo de uma instituição pouco consultada pelos historiadores, mesmo os portugueses, ou

coordenação e redação de capítulos para a *História da Arquidiocese de Belo Horizonte*, obra em 10 volumes, três dos quais já se encontram publicados.

RAPM – Que sugestões daria aos jovens pesquisadores (e arquivistas) recém-chegados aos arquivos?

Caio Boschi – É inegável, por variados motivos, a chamada “redescoberta” dos arquivos. Porém, penso que os pesquisadores que a eles se dirigem o fazem de maneira passiva e irreflexiva. Isto é, em geral, não analisam, previamente, os instrumentos de busca que lá irão utilizar. Não se interrogam sobre a trajetória dos documentos que consultam, não levam em conta, por exemplo, que, na origem, a fonte teve função e finalidade distinta daquela de hoje. Desconhecem a procedência dos documentos, os condicionalismos e as condições de produção dos documentos, o processo de organização e composição das coleções, fundos e séries documentais. Ignoram a lógica interna da documentação que compulsam. Insisto sempre que a utilização das fontes tem como pressuposto, entre outros requisitos, identificar sua organicidade, saber (re)estabelecer interdependência delas/ entre elas, isto é, apurar suas relações intrínsecas e internas. Em suma: é imprescindível termos controle sobre as fontes de nossas investigações. Nesse sentido, penso que os consulentes dos arquivos,

“Insisto sempre que a utilização das fontes tem como pressuposto, entre outros requisitos, identificar sua organicidade”

especialmente os estudiosos da História, deveriam colaborar estreitamente com os arquivistas nas complexas tarefas de descrição dos acervos e na de confecção dos instrumentos de busca. Subentendem-se, evidentemente, consciência e sensibilidade dos arquivistas para acolherem a sugerida parceria. Não consigo ir além, mas suponho que essa seria sugestão com alguma valia.

Notas |

1. BOSCHI, Caio César. *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*. 2. ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1995.

2. BOSCHI, Caio César; MORENO, Carmem; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUC Minas/Fapemig, 2006.

3. BOSCHI, Caio César. *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

4. BOSCHI, Caio César. *O Brasil-Colônia nos Arquivos Históricos de Portugal*. São Paulo: Alameda, 2011.

5. BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

6. BOSCHI, Caio César. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas/Fundação João Pinheiro, 2011.

7. BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

8. BOSCHI, Caio César. *Por que estudar História?*. São Paulo: Ática, 2007.

9. BOSCHI, Caio César. *Coleção Sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2010.

10. COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2013.